

ACADEMIA MILITAR



CAPITÃO ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR

ANO LECTIVO 2006-2007

TRABALHO REALIZADO PELO:

Major de Engenharia JOÃO CARLOS MARTINS REI

Academia Militar, Outubro de 2006

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA
ACADEMIA MILITAR

ANO LECTIVO 2005-2006



CAPITÃO
ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA

A SUA ÉPOCA ⁶

“Durante todo o século XVI e princípio do século XVII, “Portugueses de ouro” conseguiram o milagre de manter o domínio português do Oceano Índico inviolado, fosse pelas forças navais persas, turcas, indianas e chinesas, fosse pelas forças navais das potências europeias, como por exemplo as da Holanda. Essencialmente, o sucesso português no Índico assentou no esforço, na estrutura moral e ética e na liderança de homens como André Furtado Mendonça.”

“André Furtado de Mendonça, um exemplo Português”,
pág. 31, in Revista da Armada, nº 394, Fevereiro de 2006

Não é o milagre de manter o domínio português do Oceano Índico que se espera de vós, para cujo objectivo o vosso Patrono – CAPITÃO ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA – contribuiu de forma tão ilustre, mas apenas que o seu exemplo e as suas qualidades cívicas e militares, de que se destaca o seu profundo amor à Pátria sirvam de guia de conduta para as vossas vidas, não só como militares que estão a aprender a ser, mas também como homens.

É evidente que a dimensão que a expansão portuguesa no Oriente atingiu nos Séc. XVI e XVII era insusceptível de se manter, porque Portugal era um pequeno país com uma reduzida população, cerca de 1,5 milhões de habitantes e, consequentemente, sem capacidade de suprir o desgaste em meios humanos que tal situação originava, mas principalmente porque, descobertas as rotas marítimas, outros competidores se lançaram nelas, principalmente Holandeses e Ingleses. A crescer a tudo isto, acentuou-se progressivamente a apropriação dos ganhos das dispendiosas viagens marítimas pelos mercadores da Flandres, Bruges e Antuérpia que substituíram progressivamente Lisboa.

A derrota de Alcácer Quibir, em 4 de Agosto de 1578, onde morreu o rei D. Sebastião e grande parte da elite militar e da juventude do reino e o resgate dos cativos que empobreceu as famílias, acelerou o processo de declínio da presença portuguesa em tão extensas partes do continente asiático. A perda da Independência Nacional que se lhe seguiu, após a morte do último monarca da Casa de Aviz, o Cardeal D. Henrique em 1580 ou do fim do efémero reinado de dois meses de D. António Prior do Crato que, derrotado na batalha de Alcântara pelo exército castelhano foi obrigado a exilar-se, marca o início de um período difícil da nossa história na Ásia.

Entretanto, parte importante da armada portuguesa sucumbia ao serviço de Espanha ao integrar a invencível armada. De referir que Portugal reconquistou, em 1640, através de árdua luta, a sua independência. Porém, grande parte da influência no Oriente estava perdida.

Ainda assim, o Estado da Índia ou Índia Portuguesa integrou o primeiro Império Colonial moderno, Império que, curiosamente foi, também, o último a desaparecer, não obstante as grandes dificuldades e provações que a nação portuguesa sofreu, desde que reconquistou a independência em 1640.

Pode, com orgulho, dizer-se que durante séculos a expansão territorial além-mar é bem o exemplo de, como um pequeno povo, com poucos recursos, conseguiu opor-se e sobreviver aos choques com inimigos bem mais poderosos e levar a sua cultura, a sua língua e a sua religião aos confins do mundo.

A Índia representou, contudo, muito mais que um simples espaço geográfico de expansão territorial ou de comércio, ela moldou para sempre a identidade Portuguesa, os portugueses habituaram-se a que o mundo inteiro era a sua casa e a convivência multi-secular com outros povos, fê-los transmitir muitos dos nossos hábitos, costumes e religião; também ali deixámos muitas palavras da nossa língua materna e através do sangue, os nossos defeitos e virtudes mas, concomitantemente, incorporámos na nossa vida muitas das diversas culturas dos povos com quem convivemos.

A presença de Portugal na Ásia e na Índia, especialmente, no séc. XVI, representa, também, para a nação lusitana, uma das mais brilhantes escolas do pensamento e da acção, para além de uma escola de Vice-Reis e Governadores, em grande parte formados nas lutas no Norte de África, a Índia também consagrou navegadores.

Se, como ensina o Professor Veríssimo Serrão “as pequenas nações se nobilitam pelos feitos dos seus filhos mais ilustres” não duvido que foram os portugueses dos anos quinhentos que escreveram as mais brilhantes páginas da história da humanidade que Portugal legou ao mundo, páginas que consubstanciam a sua identidade como povo e como nação europeia, mas também, a sua vocação universal.

CAPITÃO ANDRÉ FURTADO DE MENDONÇA

Nasceu em Lisboa, no ano de 1558, era filho de Afonso Furtado, comendador de Borba e Rio Maior, da Ordem de Avis, e de D. Joana Pereira.

Acompanhou El –Rei D. Sebastião na primeira jornada a África no Outono de 1754 quando tinha apenas dezasseis anos de idade.

Embarcou para a Índia na armada de cinco velas que em Março de 1576 partiu do Tejo, onde bem cedo se dedicou ao estudo das rotas, da meteorologia e oceanografia e da cartografia do Índico, assim como do armamento, conhecimentos que lhe permitiriam obter vantagem em combate, quer no mar quer em terra.

Naquela época era difícil ser-se soldado e em particular, sê-lo na Índia. Somente alguns capitães conseguiam afastar do espírito a tentação de seguir o caminho fácil do enriquecimento e sucesso individual, sublimando, em si, os ideais de fidelidade à Pátria, ao Rei, a Deus e à Moral.

O seu feito conhecido, mais antigo, foi a tomada de uma galeota de corsários malabares no rio Carapatão, em 1581, quando era capitão de um navio de remos numa armada de sete navios, sob o comando de Matias de Albuquerque. Tornou-se notável a sua acção nessa mesma armada, nos anos de 1582-83, contra o corsário Cunhale Marcá, vassalo do Samorim de Calecut e grande inimigo dos Portugueses. Em 1583 socorreu a fortaleza de Barcelor, atacada pelos corsários ¹.

Entretanto veio «a Lisboa requerer o despacho dos seus serviços e voltou à Índia em 1588.

Em 1591 era já capitão-mor de uma armada encarregue de repor a soberania e o prestígio do reino em terras de Ceilão, missão que desempenhou com assinalável êxito tomando Colombo, ganhando prestígio e admiração entre os seus pares enquanto temido e amaldiçoado pelos corsários da costa Malabar. Entre estes era particularmente pernicioso à segurança das armadas e à soberania nacional um tal Mahomet Cunhale, sobrinho de Cunhale Marcá, que se tornara independente do Samorim. Durante anos este Cunhale pôs em sobressalto as esquadras do reino ganhando autoridade sobre os reis locais e rejeitando submeter-se ao domínio português.

Entre 1593 e 1597 foi provedor da Misericórdia de Goa.

Nos últimos anos do século XVI a concorrência dos «Rebeldes Holandeses» no comércio português do oriente assumiu proporções cada vez mais graves e ameaçadoras. Por isso em 1598 El-Rei dava ordens terminantes ao Vice-Rei para se fazer em pessoa ao Arquipélago de Sunda com o objectivo duplo de castigar o sultão de Bantam e destruir as feitorias e naus holandesas, frisando que o «capitão-mor que houverdes de levar convosco na Armada em que fordes, hei por bem que seja André Furtado de Mendonça».

Na costa do Malabar um feito ilustre de André Furtado de Mendonça enobreceu no ano de 1600 as armas do conde da Vidigueira (D. Francisco da Gama, Vice-rei entre 1597 e 1600). A prosperidade deslumbrara o pirata Cunhale, por largo período espanto daqueles mares. Supondo, que podia dispensar o favor do Samorim de Calecut, que protegera as estreias e progressos do seu poder, principiou a ofende-lo e a menosprezá-lo. Ressentido o príncipe da ingratidão, e já assustado também com o incremento rápido do vassalo, decidiu cortar-lhe as asas para que, voando mais alto, não chegasse a molestá-lo. Chamou os portugueses e aliou-se a eles.³

Desejando o Vice-rei «guardar para si tal tarefa no que foi impedido pelo arcebispo e fidalgo do seu conselho tendo todos votado que se recorresse ao bem afortunado capitão André Furtado de Mendonça que foi então nomeado capitão-mor do Malabar e da «empresa Cunhale». Após prolongada perseguição, reconhecimento pormenorizado dos arraiais do corsário e adequado exame da comparação de forças, os nossos unidos com os anires romperam a guerra, os corsários resistiram como leões, e por último refugiaram-se na fortaleza quase inexpugnável, erguida sobre o rio Pudepatan, aonde, cercados e combatidos, lutaram com esforço. Por último Cunhale teve de render-se, e terminou no patíbulo os crimes de uma vida, em que a intrepidez e a crueldade se assinalaram em lances alternados.³

O intrépido capitão partiu de Goa em Maio de 1601 comandando uma armada que em breve foi rudemente dizimada por forte temporal e que reduzida a seis galeões chegou à vista de Bantam em dia de Natal dando combate a cinco naus holandesas.

Entre 1601 e 1603 comandou a armada do Sul, que sacudiu os Holandeses de Sunda e Amboíno, expulsando-os das Molucas, aonde começavam a introduzir-se e conteve Ternate.^{1, 3}

Tomou depois Varanula e por último as ilhas de Leste do grupo onde os mouros tinham seu último refúgio que os portugueses não conseguiram dominar.

Ainda em 1603 foi-lhe dada a capitania de Malaca, onde deixou boa memória, tendo defendido a cidade e a fortaleza com grande «ânimo e indústria», como aconteceu em 1606 contra um cerco holandês: «venceu a fome, o sono, a quietação e o repouso, não descansando jamais nem tirando as armas do corpo por espaço de 3 meses e 19 dias que o cerco durou.¹

Em 27 de Maio de 1609 é designado para governar a Índia enquanto não chega o novo Vice-rei, fazendo a sua entrada solene em Goa no dia do Espírito Santo.

Foi substituído pelo Vice-rei Rui Lourenço de Távora, e a 26 de Dezembro de 1609 embarcou para Lisboa, onde o Rei o mandara chamar.

Não chegou, no entanto a rever a sua terra natal pois morre em pleno alto-mar na latitude de 15° S, segundo o diário de bordo da nau «Nossa Senhora da Penha de França», onde havia embarcado.

Com ele se extingue o «último representante daqueles primeiros capitães que fundaram o Estado da Índia. – Fidalgos no orgulho e na vaidade «homens inteiramente devotados a uma causa nobre que dava sentido a uma vida e que embora “guerreadores” rudes, indomáveis, implacáveis, numa imensa exigência que começava por si próprios eram capazes de compreensão e dedicação aos seus homens tornando-se deles émulo, e que sendo modestos e acessíveis, apenas a honra e a dignidade tinham por riqueza», desbaratando o sangue e a vida com o mesmo desleixo com que desbaratavam o ouro e a pedraria».

A DEFESA DE MALACA

No Oriente, além de sustentarem lutas sangrentas em Ceilão, na Indo-China e noutras partes com os asiáticos, tiveram também os nossos de defrontar-se com os holandeses, principalmente nas ilhas Molucas e em Malaca.⁴

As primeiras notícias do aparecimento de naus holandesas no Oriente haviam chegado a Goa em Setembro de 1597, causando justificado alarme entre a população portuguesa.²

Já nos anos imediatamente anteriores alguns navios holandeses haviam assaltado no Atlântico algumas naus portuguesas quando regressavam da Índia. Mas nenhum desses golpes se podia comparar ao de agora. Os herejes, como então se dizia, haviam penetrado no coração do Império. O Vice-rei chamou a conselho as pessoas mais gradas da nossa metrópole oriental. Datam de então os primeiros preparativos navais para repelir a intrusão dos holandeses, desde logo propostos e executados.²

Malaca sustentava a esse tempo com melhor sorte as tradições guerreiras dos portugueses da Ásia. A companhia holandesa concentrava na Índia todos os esforços contra ela e contra as Molucas e Ceilão, como empórios e chaves do trato mercantil mais opulento. Os holandeses assentaram conquistar a cidade, e Cornellio Matelief com uma esquadra de onze velas e mil e quinhentos homens de desembarque foi encarregado da expedição.³

Os holandeses souberam mais uma vez aproveitar-se dos velhos ódios e ressentimentos que havíamos concitado no Oriente e coligar contra nós, para os auxiliar na luta, os potentados indígenas circunvizinhos de Malaca. As hostilidades começaram, ao que parece, por parte dos soberanos locais. Segundo

os nossos cronistas sete reis da península e das ilhas próximas com uma armada de cento e cinquenta navios, bem artilhados e municiados e uns 16.000 homens de guerra, vieram cercar a cidade, quando nesta não havia mais de cem portugueses, apoiados é certo por forças indígenas, dentre os quais é justo distinguir os japoneses. Ainda dando o desconto ao vezo enaltecedor dos cronistas, é legítimo concluir dos exemplos passados que a hostilidade desses príncipes e as forças de que dispunham representavam um poderoso auxílio para os holandeses, circunstância que olvidam facilmente alguns historiadores estrangeiros.

Mas os portugueses mais um vez haviam encontrado no homem que os comandava, André Furtado de Mendonça, um chefe inteiramente à altura de tão difíceis circunstâncias e que, aproveitando o melhor possível os poucos recursos de que dispunha, conseguiu resistir durante cerca de quatro meses à acção combinada dos holandeses e dos indígenas, seus aliados, até chegar a armada de socorro.²

Em Agosto de 1606 entrava, com efeito, no porto uma forte armada portuguesa de doze galeões, quatro galés e setenta fustas, comandada pelo próprio Vice-rei, D. Martim Afonso de Castro. A batalha naval começou a 17 desse mês, diante da cidade, empenhada com fúria violentíssima, e acabou apenas a 24 com a retirada das armadas dos holandeses e do Rei do Achém, o mais poderoso dentre os reis indígenas. Esta primeira vitória foi em grande parte prejudicada pela nefasta resolução, tomada dias depois pelo Vice-rei. Contra o parecer de André Furtado de Mendonça, e em obediência a razões de interesse ou vaidade, a armada, em vez de continuar unida nas águas de Malaca para assegurar a vitória e impor o respeito a tão poderosos inimigos, dividiu-se em duas: uma de sete galeões para ir às ilhas Nicobar proteger as naus que deviam

chegar do reino, e outra de cinco para o estrito de Singapura a dar guarda aos juncos de Java que abasteciam Malaca.²

VICE-REI DA ÍNDIA

A Martim Afonso de Castro devia suceder o conde da Feira, mas faleceu no mar sem tomar posse, e recaiu o governo a André Furtado de Mendonça em virtude de uma das vias de sucessão abertas em Goa. Começou logo o grande capitão a aperceber-se em 1609 para justificar o nome granjeado por tantas proezas. Não lhe deu, porém, lugar a executar nenhum dos planos a pronta chegada de Ruy Lourenço de Távora, desembarcado com o título de Vice-rei. Távora veio encontrá-lo nos arsenais e estaleiros, vigiando os aprestos, e manifestou publicamente o seu aplauso, louvando as prendas militares do capitão, que substituíra a seu pesar, porque, disse ele, melhor fora , no estado actual um ano de André Furtado, do que dez de outro qualquer governador. Tinha razão. Os horizontes escureciam.³

Segundo Pyrard de Haval «todos os Reis da Índia folgaram muito de que ele fosse governador e lhe enviaram embaixadores e presentes». Exerceu o seu cargo durante três meses, nesse curto espaço aprestou muitas armadas e fortificou muitas fortalezas, «fez mais que outros em muitos anos»; em suma, este fidalgo era amado por Deus, do Rei e do povo e, semelhantemente dos capitães e soldados, mas não da nobreza que não era ladrão, nem ambicioso e não era afeiçoado a quem roubava El-rei».

A sua partida foi muito lamentada por todos os Habitantes de Goa; «não era vulgar que a partida de um Vice-rei, arcebispo ou grande senhor fosse motivo de desânimo», pelo que se deve concluir que André Furtado de Mendonça tinha de facto a simpatia das gentes com quem convivera durante tantos anos.¹ A 2 de Janeiro de 1610 embarcara para Lisboa, já gravemente

enfermo, para ter descanso, aquele que tudo havia sacrificado ao serviço da fé e do reino, sem nunca ter casado para ser total a sua disponibilidade, servindo com abnegação, mas sem transigências, quer em relação a subordinados como aos seus chefes recolhendo ao convento da Madre de Deus, sempre que os seus serviços não eram reclamados.

Cadetes do Curso Capitão André Furtado de Mendonça é este o legado do vosso Patrono, dignificai-o.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a. Fontes Manuscritas

SOUSA, *Manuel Faria e*, Ásia Portuguesa, Tomo III, Lisboa, 1671

b. Impressas

- ¹ SERRÃO, Joel, Dicionário de História de Portugal, Volume III, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1968, pág. 21 e 22;
- ² PERES, Damião, CERDEIRA, Eleutério, História de Portugal, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, Portucalense editora, Limitada, Barcelos, 1933, pág. 373 e 375;
- ³ SILVA, Luiz Augusto Rebello da, História de Portugal nos séculos XVII e XVIII, tomo III, Imprensa nacional, Lisboa, 1867, pág. 293, 294 e 299;
- ⁴ ALMEIDA, Fortunato de, História de Portugal, Editor – Fortunato de Almeida, Coimbra, 1926, pág. 87;
- ⁵ MONTEIRO, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Armando da Silva Saturnino, Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, Volume IV, 1580 – 1600, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1993;
- ⁶ ROMÃO, José Arez, Índia Portuguesa = Portuguese Índia, Lusitânia Companhia de Seguros, Grupo Montepio Geral, 2005, pág. 42 a 46;
- ⁷ SÁ, Francisco Xavier Valeriano de, Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa, CTMCDP, Imprensa Oficial de Macau, Macau, 1999, pág. 131;
- ⁸ Academia Militar, *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar*, Lisboa, 2004.